

### Os direitos humanos das mulheres em situação de vulnerabilidade no âmbito da rota bioceânica

#### Autor(res)

Vanessa Da Costa Correa  
Tatianne Cristina Coelho De Souza Rosa

#### Categoria do Trabalho

Pesquisa

#### Instituição

COMUNIDADE EXTERNA

#### Introdução

Este estudo examina a condição dos direitos humanos das mulheres envolvidas na prostituição na comarca de Porto Murtinho, Mato Grosso do Sul, em face da implementação da Rota Bioceânica. A pesquisa tem como objetivo entender de que maneira o aumento do fluxo internacional pode afetar a vida de mulheres em condição de vulnerabilidade, especialmente aquelas que praticam prostituição voluntária ou que estão em risco de exploração sexual e tráfico humano. A pesquisa se baseia em marcos normativos nacionais e internacionais que protegem os direitos humanos das mulheres, enfatizando a importância de políticas públicas integradas para combater as violações desses direitos.

#### Objetivo

O presente tem como objetivo examinar os direitos humanos das mulheres nesse cenário, considerando os desafios e as oportunidades que a rota bioceânica pode oferecer para garantir a dignidade, promover a igualdade de gênero e proteger contra violações, vez que carece de estrutura em nível social, sanitário, econômico e institucional para atendimento das dinâmicas que se intensificarão.

#### Material e Métodos

A pesquisa realizou-se em análise documental e bibliográfica. Mulheres e crianças representam cerca de 65% das vítimas de tráfico de pessoas em MS. Entre essas vítimas, a finalidade de exploração sexual responde por aproximadamente 50% dos casos. Dos casos de vítimas mulheres, a esmagadora maioria é para fins sexuais, 92% (Assembléia Legislativa do Mato Grosso do Sul, Relatório Global do UNODC). Código Penal (arts. 231 e 231-A, tráfico de pessoas); tratados internacionais como a convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher; Projeto Mapear que é uma iniciativa da Polícia Rodoviária Federal (PRF), em parceria com a Childhood Brasil, que identifica locais vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA) nas rodovias federais do Brasil, que já atuam no mapeamento da situação de exploração e tráfico de pessoas.

#### Resultados e Discussão

A analisou-se três eixos: prostituição voluntária e dignidade; riscos de exploração sexual e tráfico humano; direitos humanos em fronteiras; A um, verificou-se que apesar de no Brasil, a prostituição não ser criminalizada, as mulheres que exercem a atividade na região, enfrentam exclusão, carecendo de acesso a saúde, segurança, e, só há uma sala lilás que visa o acolhimento em caso de violência, portanto, podem estar em situação de desamparo Estatal; A dois, a intensificação do fluxo rodoviário e turístico na rota, pode ampliar a demanda por prostituição e risco de exploração sexual e doenças transmissíveis que no Brasil. A três, verifica-se que a posição geográfica de Porto Murtinho, na fronteira, torna a região vulnerável ao tráfico internacional de mulheres e adolescentes, bem como há lacunas de políticas públicas específicas para monitoramento, proteção e reinserção social de mulheres exploradas. Verifica-se a urgência de implementação estrutural regional em diversas áreas.

### Conclusão

Embora a rota bioceânica seja um projeto estratégico para a integração regional, também deve ser vista como um desafio social e humanitário. Os Estados envolvidos carecem de políticas intersetoriais e transnacionais para proteger as mulheres em situação de prostituição, assegurando-lhes dignidade, acesso à saúde e segurança. Ademais, o combate ao tráfico de pessoas e à exploração sexual deve ser uma prioridade, com a coordenação de esforços entre Brasil, Paraguai, Argentina e Chile.

### Referências

REFERÊNCIAS: BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. BRASIL. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), 1979. (Assembléia Legislativa do Mato Grosso do Sul, Relatório Global do UNODC). Código Penal (arts. 231 e 231-A, tráfico de pessoas); Projeto Mapear, disponível em <Projeto Mapear — Polícia Rodoviária Federal>, data do acesso 17 set. 2025.